

2

Identidade, violência e gênero nas Relações Internacionais

O presente capítulo buscará discutir o enquadramento desta dissertação na Teoria de Relações Internacionais. Inicialmente, será traçado um breve panorama sobre a emergência da corrente pós-positivista, tendo como foco a sua contribuição para a construção do conhecimento na disciplina. Nesse mesmo momento, será destacada a importância da incorporação do conceito de identidade nas Relações Internacionais, no contexto do pós-Guerra Fria. Por fim, destacaremos a emergência das abordagens de gênero e a consequente inserção da construção social de gênero como elemento de análise nos processos internacionais.

2.1

A disciplina de Relações Internacionais no pós-Guerra Fria: contribuições pós-positivistas

A partir da década de 80, o pensamento teórico das Relações Internacionais (R.I.) passou a experimentar uma série de desafios. O reconhecimento acerca da existência de atores além do Estado na política internacional, o fim pacífico da União Soviética, e a proliferação de conflitos intra-estatais de caráter identitário, por exemplo, foram algumas das transformações que apontaram as inadequações e a necessidade de modificação das teorias até então dominantes na disciplina. Nesse sentido, os moldes tradicionais em que essas teorias foram concebidas passaram a ser objeto de questionamento e debate por serem, no mínimo, insatisfatórios para lidar com essas novas questões práticas e conceituais.

Ademais, a própria percepção do Estado como o único garantidor de segurança para seus cidadãos passou a ser vista com desconfiança diante dos frequentes ataques que esses atores perpetravam contra seus povos. A evidência de articulações identitárias de caráter étnico, religioso e cultural, apontou para a

importância de aspectos ideacionais, que não faziam parte do corpo analítico das teorias tradicionais de R.I.. Conforme apontam Zalewski e Enloe, “the new world (dis)order’(...) seems to have opened up spaces for people to reassess their identities and for groups to claim the right to their identity often in response to a perceived threat”. (Zalewski e Enloe, 1995, p. 279)

Por certo as identidades já moldavam a política internacional antes desse momento histórico, como bem demonstra o caso do genocídio dos armênios e o Holocausto, por exemplo. Entretanto, é no final da década de 80 que surge na disciplina um movimento para a incorporação das questões de identidade e dos espaços de insegurança dos indivíduos na disciplina a partir do debate entre positivistas e pós-positivistas⁵ (ou, Terceiro Debate das R.I.).

A emergência da corrente pós-positivista permitiu a contestação dos pressupostos epistemológicos nos quais estão fundadas as teorias do *mainstream*, que arrogava para si a autoridade acerca da produção teórica da disciplina por meio de uma abordagem positivista⁶. Além de problematizar a causalidade estreita e mecânica proposta pelo *mainstream*, o pós-positivismo abriu espaço para a demanda da inclusão da história e das relações sociais e dos fatores ideacionais nas R.I.

Destarte, essas perspectivas mais críticas proporcionaram a reaproximação da disciplina de conceitos como cultura e identidade⁷. A necessidade de lidar com esses aspectos se tornou ainda mais evidente após a proliferação de conflitos identitários, tais como os genocídios em Ruanda e na ex-Iugoslávia. Passa a ser reconhecido, portanto, que a identidade determina “how we are treated, what is expected of you, what you expect of yourself, [...], whether you will be seen as an enemy or a friend” (Zalewski e Enloe, 1995, p. 282-3).

⁵ Reconhecemos a pluralidade dos trabalhos pós-positivista e, por isso, destacamos no corpo do texto apenas elementos que são compartilhados pelos teóricos assim reconhecidos.

⁶ A tradição positivista das Relações Internacionais, em particular, e das ciências sociais, em geral, se apegava a uma visão empiricista, baseada na metodologia utilizada pelas ciências naturais. Para esses teóricos, as observações neutras dos fatos, após submetidas a múltiplos experimentos, seriam capazes de produzir dados do mundo tal como ele é, sem interferência de valores ou impressões pessoais. O conhecimento científico seria, portanto, objetivo e provado por testes feitos contra a realidade externa, desprendido de valorações de cunho subjetivo. A corrente pós-positivista, por sua vez, defende que não há conhecimento desprendido do conhecedor nem “fatos” neutros apreendidos por meio da observação, já que o observador interfere direta e subjetivamente em seu objeto, que refletirá suas crenças e expectativas.

⁷ A importância dessa questão foi marcada pelo livro editado por Yosef Lapid e Friedrich Kratochwil “The return of culture and Identity in IR theory” (1996), que consagra as diferentes perspectivas teóricas acerca da importância contextual e da utilização teórica desses conceitos.

Além da retomada desses conceitos, os pós-positivistas possuem ainda a preocupação de analisar constitutivamente a formação e os efeitos desses fatores ideacionais, ou seja, como eles afetam e são afetados pela política internacional. Tal concepção, vale dizer, supera não apenas a preocupação estritamente causal da vertente positivista como também revela o caráter socialmente construído de categorias que muitas vezes nos parecem “naturalmente” dadas. De acordo com Lapid, a problematização das identidades e das culturas como categorias estáveis e reificadas e a sua utilização como construção social permitiu a contestação das pressuposições de estabilidade e continuidade nas relações internacionais (Lapid, 1996, p. 8).

Por estarmos lidando diretamente com questões de identidade, i.e., como essas construções atuam constitutivamente durante os genocídios, a abordagem desse trabalho se identifica com a vertente pós-positivista de Relações Internacionais.

Dentro dessa “constelação” de perspectivas pós-positivistas⁸, a abordagem mais adequada para discutir a relação entre identidade, gênero e violência será a vertente pós-estruturalista. Esse ponto será explorado detalhadamente adiante. A seção seguinte se dedicará a explicitar brevemente os principais pontos de encontro compartilhados pelo pós-estruturalismo de modo a introduzir o marco teórico que guiará a construção deste trabalho.

2.2

Pós-estruturalismo: explorando o marco teórico

O pós-estruturalismo foi selecionado como marco teórico da presente dissertação por explorar o espaço do político, do contingente e da violência presentes nas relações sociais que podem afetar o processo das construções identitárias e, conseqüentemente possibilitar o desencadeamento um processo de

⁸ De fato, dentro da perspectiva pós-positivista será possível encontrar uma pluralidade de teorias críticas, que englobam os Teóricos Críticos em sentido estrito (Gramscianos e Escola de Frankfurt), os pós-modernos/ pós-estuturalistas, os construtivistas críticos e as diversas vertentes feministas. Essas abordagens, ainda que possam estar distantes de se articularem em uma única teoria, formam o que Wyn Jones classifica como uma “constelação” de diferentes perspectivas críticas não-unificadas (Wyn Jones, 2001, p. 10). Contudo, esse fator não diminui o mérito dessas perspectivas nas quais podem ser identificados pontos em comum que devem ser considerados na reformulação do que entendemos por Relações Internacionais em função da crítica que proporcionam aos limites estabelecidos pela construção do conhecimento proporcionado pelas abordagens tradicionais de R.I..

genocídio. Será nosso objetivo explorar ao longo dos próximos capítulos como essas identidades se (re)articulam de acordo com o contexto político e, assim sendo, como o conflito entre os grupos envolvidos, longe de inevitáveis ou frutos de ódios históricos imutáveis, são oriundos das práticas políticas.

Ademais, essa abordagem nos permite explorar ainda o papel do discurso e da violência na formação de subjetividades, bem como as implicações de construções sociais tais como gênero, etnia e nação na prática moderna soberana (Ashley, 2006 [1996], p. 246). Será trazido para a nossa análise o papel constitutivo e fluido das identidades, fator até então silenciado pelas teorias tradicionais que tratavam o conceito como uma variável causal e elemento imutável (Lapid, 1997).

Ao desafiar a perspectiva de atores com identidades fixas e comportamentos previsíveis, é possível contemplar como as construções identitárias constituem políticas e influenciam os conflitos entre grupos, que são diferenciados pelas práticas soberanas dos Estados modernos.

Ao colocarem o internacional como um espaço de anarquia no qual a guerra e a violência são sempre uma possibilidade, as abordagens tradicionais elevam o Estado a um patamar de ordem, segurança e proteção (Walker, 2006). Assim, ao clamar a existência de uma autoridade centralizada necessária, o poder soberano legitima narrativas de sacrifício, de vida e morte e sobre o mal necessário para garantir a segurança de alguns desses grupos identitários em detrimento de outros (Walker, 2006).

Essa construção acarreta no que Devetak classifica como o “paradoxo da violência”, ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado está fundado em um discurso de proteção dos seus cidadãos, há a utilização constante da violência e a produção de insegurança em suas práticas (Devetak, 1996, p. 194).

A violência possui, portanto, um caráter constitutivo, ajudando a construir e manter o próprio Estado e as identidades forjadas a partir de sua prática política (Ibid, p. 194 e ss.). A naturalização do Estado e de sua autoridade dificulta a contestação não apenas da violência legitimada a partir dessa autoridade, mas também da relação problemática entre esses Estados e indivíduos a partir da criação de inseguranças, invisibilidades e exclusões geradas em nome dessa autoridade de proteção (Walker, 2006).

Destacaremos ao longo dos próximos capítulos que a tentativa de impor uma identidade nacional coerente dentro de um Estado desmascara não apenas a divisão tradicional feita pela disciplina entre o interno como coerente/seguro *versus* o externo anárquico. Mais do que isso, será possível perceber que as próprias construções de Estado, cidadania e nação geram desigualdade e violência no âmbito interno e revelam a natureza excludente da identidade nacional e das práticas do Estado. Observaremos em Darfur, por exemplo, como essas práticas possibilitaram a formação de um “Outro” interno que deve ser suprimido para corresponder às expectativas de unidade e coerência da identidade construída como norma pelo Estado.

Ao dar visibilidade a essas práticas, as contribuições pós-estruturalistas permitirão que nossa análise contemple como a soberania atua para constituir e autorizar formas de discriminação (Walker, 2004, pp. 245-246). A partir disso, será possível perceber que a soberania vai além da relação de poder, se estabelecendo como uma relação de violência, capaz de administrar a vida e a morte, decidindo quem pode viver e morrer (Edkins e Pin-Fat, 2004).

Destarte, ao olharmos para os Estados genocidas, será possível perceber como tais práticas estão embasadas em uma identidade unificada, idealizada e excludente, bem como as conseqüências violentas que essas divisões podem desencadear. Essa conexão será explorada e aplicada de maneira mais aprofundada nos próximos capítulos.

O poder exercido pelo Estado não apenas externamente, mas contra sua própria população como é o caso dos Estados genocidas, deixa então de ser limitado aos recursos materiais como calculados pelas perspectivas tradicionais de R.I.. Isso significa que, nessa perspectiva, o poder é tratado em sua dimensão disciplinar, invisível e relacional. Assim sendo, o poder é considerado como disperso e descentralizado, atuando não como mero controlador de sujeitos e subjetividades, mas sim como um elemento produtor das mesmas nas relações sociais⁹ (Edkins e Pin-Fat, 2004).

Nas palavras de Edkins e Pin-Fat (2004): “Power can more usefully be seen as dispersed, not centralized, as produced in social interactions, not possessed, and as productive of subjects, not merely controlling them” (Edkins e Pin-fat, 2004, p.

⁹ Nas palavras das Edkins e Pin-Fat: “(P)ower is produced in social interaction and is itself productive of social subjectivities” (Edkins and Pin-Fat, 2004, p. 2).

2). As relações de poder, conforme poderemos observar no cenário sudanês, são capazes de criar e reforçar subjetividades e permitir o desencadeamento de práticas violentas (vide capítulo 3).

Em suma, o pós-estruturalismo nos possibilita adotar uma abordagem interpretativa, que aborda como relações de poder e violência emergem e afetam a condução da política e as dinâmicas identitárias nesses cenários (Campbell, 1998a, p. 6). Tendo isso em mente, a sub-seção a seguir será dedicada a explorar um conceito específico presente nessas contribuições e de importância crucial para este trabalho: as identidades, seu processo de (trans)formação e sua relação com a política.

2.2.1 Identidades

Conforme apontado anteriormente, as identidades vinham sendo tratadas até então como elementos estáveis, ou ainda como variáveis causais, o que negligenciava o aspecto fluido e contingente presente no seu processo de (re)construção (Lapid, 1997; Zehfuss, 2001). A partir das contribuições pós-modernas, bem como da emergência de uma vertente construtivista mais crítica (Fierke, 2007; Zehfuss, 2001), a identidade passa a ser teorizada como elemento socialmente construído cuja existência está desprendida de qualquer tipo de essência pré-dada ou estável (Lapid, 1996, p. 7). Dessa forma, a identidade passou a ser teorizada por meio do seu caráter relacional, contingente e anti-essencialista.

As identidades, portanto, são “discursivas, políticas, relacionais e sociais”¹⁰ (Hansen, 2006, p. 6), ou seja, não dependem de uma existência objetiva, nem são permanentemente fixas, mas continuamente (re)construídas por meio de práticas que tentam estabilizá-las (Doty, 1993b, p. 454).

Essas contribuições mais críticas destacam também como a identidade do “Eu” precisa da existência do “Outro” para se constituir (Connolly, 1989, p. 329)¹¹. Nas palavras de Campbell:

¹⁰ Tradução livre.

¹¹ Ainda nesse sentido, afirma Campbell: “If all meaning is constituted through difference (an assumption on which this analysis is based), then there can be no declaration about the nature of the self that is totally free of suppositions about the other. Although a positive declaration of some characteristic of the self might be devoid of specific reference to an other, it proffers nonetheless an at least implicit valuation of those who might be considered other” (Campbell, 1998a, p. 70).

“Identity is an inescapable dimension of being. No body could be without it. Inescapable as it is, identity –whether personal or collective- is not fixed by nature (...). Rather, identity is constituted in relation to difference ... (and) (d)ifference is constituted in relation to identity.” (Campbell, 1998a, p.9).

Segundo Lene Hansen, o processo de formação das identidades e das alteridades depende de um duplo processo de associação e diferenciação de características atribuídas ao “Eu” e ao “Outro” em um determinado contexto político (vide figura 1). Ou seja, múltiplas características são atribuídas à identidade do “Eu” por meio de um processo de associação, em um discurso. Ao mesmo tempo, essas características são justapostas em relação a características distintas atribuídas ao “Outro” por meio de um processo de diferenciação (Hansen, 2006, p. 19 e ss.).

Para elucidar de maneira mais clara como se dá a formação da identidade e da diferença/alteridade, reproduziremos aqui os exemplos e os diagramas formulados por Hansen (2006). A autora ilustra, por exemplo, como se deu a construção da identidade das mulheres no século XIX, que era reproduzida discursivamente, como emocional, maternal e incapaz de atuar politicamente, i.e. de maneira radicalmente oposta a identidade dos homens. Vale destacar, conforme aponta a autora, que essa imagem não é ligada ao real em si, mas reproduzida por práticas políticas e discursivas¹². A imagem da mulher, portanto, é construída por uma série de características justapostas em relação às características atribuídas aos homens (Hansen, 2006, p. 19). Segundo a autora:

“(..).to be a woman in nineteenth century discourse is to be different from – and inferior to - being a man , it is to be emotional than to be rational , to be motherly than to be intellectual, to be reliant rather than independent, and to be focused on the simple rather than the complex” (Hansen, 2006, p. 19).

A identidade, portanto, é estabelecida por um processo direto de associação desses termos que a caracterizam em um determinado discurso politicamente situado e que, simultaneamente, se justapõe a um processo de diferenciação em relação ao “Outro”, conforme aponta a figura abaixo (extraída de Hansen, 2006, p. 19-20). Essas construções, conforme já destacado, não são

¹² Vale destacar que, ao atrelar o elemento discursivo ao não-discursivo, não se sugere a inexistência do real, mas apenas que não há acesso a um mundo “objetivo” senão pelas interpretações a ele atribuídas (Hansen, 2006; Campbell, 1998a). Assim, a esfera material e a ideacional são consideradas indissociáveis. Isso não significa que o material seja esquecido, mas sim que o material e o ideacional são mutuamente constitutivos e que não há como privilegiar uma dimensão em detrimento da outra (Hansen, 2006).

estáveis, mas tentam se estabilizar por meio de discursos e práticas políticas que são constantemente reproduzidos no tempo, no espaço e conforme o contexto político. Nesse sentido, necessário de faz destacar a natureza produtora da linguagem e do discurso para a produção das identidades. Ou seja, a linguagem não atua como meio neutro e objetivo de comunicação, mas sim como “produtora de subjetividades e identidades”¹³ (Hansen, 2006, p. 18). Dessa forma, as identidades em jogo são passíveis de desestabilização quando, por exemplo, os termos envolvidos em sua caracterização adquirem uma nova conotação em outra conjuntura (Hansen, 2006, p. 21).

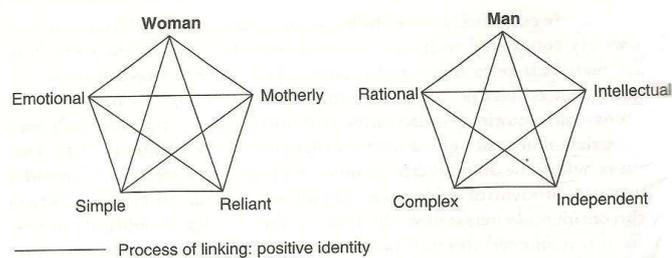


Figure 2.1 Process of linking.

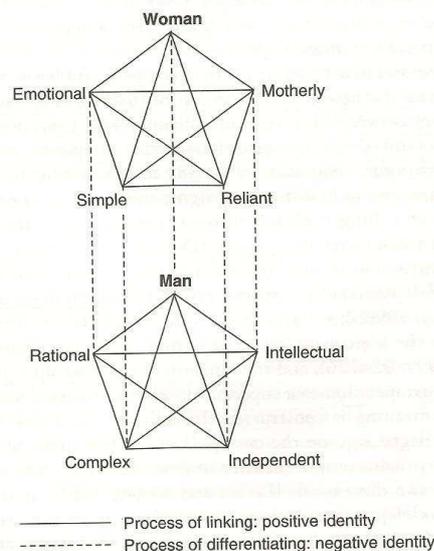


Figure 2.2 Linking and differentiation.

Figura 1: A formação de identidades por meio de processos de ligação e diferenciação (Fonte: Hansen, 2006, p. 20)

Destarte, as construções de identidade devem ser vistas de acordo com as características atribuídas a elas (e delas diferenciadas) conforme o contexto político em que estão inseridas (Hansen, 2006, p. 42). Ademais, é necessário

¹³ Tradução livre.

atentar para o fato de que diferentes discursos e identidades podem resultar em resultados políticos distintos (Ibid.). Portanto, a partir dessa contribuição demonstraremos como pressuposições e predicativos atribuídos a sujeitos em um discurso se articulam com outros textos, constituindo atitudes e posicionamentos hierárquicos entre sujeitos, tornando algumas práticas possíveis em detrimento de outras (Doty, 1993a). Para exemplificar como as identidades podem acarretar diferentes conseqüências políticas, Hansen destaca a leitura de Todorov acerca dos dois discursos dominantes dos conquistadores espanhóis em relação aos índios (ver Figura 2). A leitura de Cortés tratava os índios como selvagens, não-humanos, incapazes de mudança e, portanto, impassíveis de redenção cristã (Hansen, 2006, p. 42). Já Las Casas também os tratava como selvagens, mas não deixava de inseri-los discursivamente como humanos, apesar de pagãos, com capacidade de mudança, e, portanto, salvação e redenção (Ibid.). A partir desse exemplo, Hansen aponta como, ao construírem essas identidades de maneira distinta, havia também uma diferenciação do tratamento político a ser destinado a esses índios: Enquanto Cortés legitimava a aniquilação dos índios, o discurso promovido por Las Casas conduzia a uma imagem de igualdade que poderia ser alcançada por meio da conversão ao cristianismo (Hansen, 2006, p. 42 e ss.).

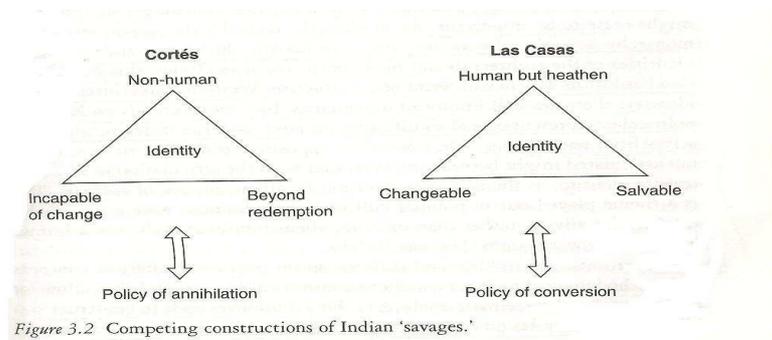


Figura 2: Construção dos indígenas pelo discurso dos conquistadores e tratamentos políticos (Fonte: Hansen, 2006, p. 43)

As identidades são, portanto, performativamente constituídas nas relações e demarcam as fronteiras nunca acabadas entre o “Eu” e o “Outro”, sem haver uma fundação fixa anterior ou uma cristalização permanente posterior. (Campbell, 1998, p. 9; p. 12). Conforme aponta Fierke: “Identities are not isolated. They are

constituted within a ‘world’ populated by other identities, particular kinds of objects and particular forms of action” (Fierke, 2007, p. 82)

Tais construções, como apontado anteriormente, são situadas espacial e temporalmente (Hansen, 2006, p. 46). A identidade é espacialmente construída por ser relacional e sempre envolver a construção de fronteiras e, conseqüentemente, a delimitação de um espaço (Ibid., p. 47). Hansen reconhece que essa identidade espacial pode estar articulada com espaços, fronteiras e subjetividades políticas e abstratas. Ou seja, a identidade se manifesta não apenas na delimitação de países, continentes e etc., como também na formação de sujeitos políticos como “terroristas”, “bárbaros”, “humanidade”, “mulher”, etc., que misturam o caráter territorial com um caráter político abstrato. (Ibid., p. 47). Em termos temporais, a identidade articula conceitos relacionados a uma idéia de possibilidade de progresso, seja em termos políticos, culturais ou econômicos, relacionados ao *self*. A identidade do “Outro”, nesse caso, é construída como “‘backward’, ‘savage’, ‘barbarian’ or ‘primitive’- in other words, as less temporally developed”. (Ibid., p. 48-9).

A relação com a diferença permite, conseqüentemente, a construção de hierarquias identitárias e, a partir disso, a legitimação de opções políticas possíveis para lidar com a alteridade (Doty, 1993a). A partir dessa visão, é possível vislumbrar adequadamente as mudanças e (re)articulações identitárias levadas a cabo durante os conflitos identitários como os genocídios, conforme se verá adiante. Por conseguinte, a pesquisa proposta objetiva destacar como os grupos-alvo são construídos pelo perpetrador no contexto político analisado e como essas construções informam os padrões de atuação dos genocidas. Ao identificarmos essas construções, observaremos como elas podem afetar diferentemente a segurança dos indivíduos de diferentes coletividades nesses cenários.

No caso do Sudão, será possível perceber como a identidade nacional também é formada a partir da delimitação daquilo que é diferente. Isso porque, conforme aponta Campbell (1998a), os Estados – ou grupos dentro dele - precisam articular ameaças e alteridades por meio de discursos de segurança para construir e afirmar sua identidade. A construção de identidades pode ocorrer de acordo com diversos graus de alteridade. Nas palavras de Hansen: “(c)onstructions of identity can take on different degrees of ‘otherness’, ranging from fundamental difference

between Self and Other to constructions of a less than radical difference” (Hansen, 2006, p. 7). Com isso, Hansen pretende destacar que o medo e a alteridade radical não estão presentes de maneira inevitável nas dinâmicas identitárias, afinal há grupos que convivem e cujas identidades são formadas por aproximação¹⁴, por exemplo¹⁵. Em vista disso, é possível notar que a identidade pode ser constituída dentro de uma rede de significados e não necessariamente em termos de dualidade. Campbell, por sua vez, também admite a possibilidade da existência de diferentes graus de alteridade e afirma ainda que a diferença não necessariamente gerará um processo de violência:

“(…) a simple contrast need not automatically result in the demonization of the other, and the differentiation or distantiation of one group from another does not require that their relationship be one of violence. But insofar as the logic of identity requires difference, the potential transformation of difference into otherness always exists”. (Campbell, 1998a, p. 70)

Dessa forma, concordamos com Campbell no sentido de que a alteridade por si só não é capaz de gerar violência, mas o seu desencadeamento é sempre uma possibilidade, visto que a articulação com a alteridade em termos dicotômicos não tende a se dar de maneira neutra, mas sim por meio de posicionamentos hierárquicos que dotam o “Eu” de uma postura de autoridade/superioridade nessa relação (Campbell, 1998a; Campbell, 2007; Devetak, 1996, p. 189). É necessário destacar ainda que, tendo em vista o caráter constitutivo da violência, o uso da violência é capaz de polarizar e reorganizar a produção de identidades em um determinado contexto (Campbell, 2007), reforçando diferenças e polarizando grupos opostos.

A existência de um “Outro” radicalmente diferente, portanto, não é inevitável. Todavia, apesar de admitirmos espaço para diferentes graus de alteridade, necessário se faz considerar o objeto peculiar do qual trata a análise do presente trabalho: o genocídio.

No caso da implementação de uma política genocida, há a necessidade da construção de um “Outro” radicalmente oposto ao *self* de modo que essa construção consiga justificar a sua perseguição e aniquilação. Nesse sentido, a abordagem de um genocídio em andamento incorpora diretamente a teorização

¹⁴ Para um exemplo nesse sentido ver Messari, 2001.

¹⁵ Como exemplo nesse sentido a autora cita a construção da identidade nórdica durante a Guerra Fria que se deu segundo preceitos de neutralidade e desarmamento transcendendo a dicotomia

acerca da articulação de uma ameaça e de graus de alteridade radicais para lidar com o caso de políticas genocidas.

Assim, outro ponto a ser destacado em nossa análise é a visão de como políticas promovidas por um Estado estão apoiadas em representações de identidades que, ao mesmo tempo, são reproduzidas e reformuladas pela implementação dessas mesmas políticas (Hansen, 2006, p. 10). Nesse sentido, política e identidade estão “ontologicamente interligadas”, ou seja, “a política dá origem às identidades que, por sua vez, são construídas como legitimação da política proposta (...)”, i.e. “elas são simultaneamente fundações e produtos (discursivos)” (Hansen, 2006, p. 21)¹⁶.

Essa perspectiva será central para entendermos a relação entre política genocida e polarização identitária em cenários de genocídio como o de Darfur. Nesse caso, a construção do Estado sudanês desde a sua independência demanda a construção de uma identidade nacional que também é construída de acordo com a diferença. Conforme aponta Hansen (2006), “the state’s construction of its national identity is only possible through a simultaneous delineation of something which is different or Other” (Hansen, 2006, p. 19). Esse “Outro” pode não apenas ser um “outro” externo, mas pode depender também de um “Outro” interno (Hansen, 2006, p. 34; Campbell, 1998, p. 71; Devetak, 1996, p. 198), i.e., como a identidade nacional é problemática, ou seja, sua unidade ideal muitas vezes não coincide com a pluralidade de grupos presentes em um determinado território (Rae, 2002), a identidade também se afirma em relação a outros grupos marginalizados dentro do próprio Estado, que se diferenciam da norma traçada como o “Eu” nacional. Assim sendo,

“The geopolitical creation of the external Other is integral to the constitution of a political identity (self) which is to be made secure. But to constitute a coherent singular political identity often demands the silencing of internal dissent. There can be no internal others that endangers a certain concept of the self, and must be necessarily expelled, disciplined or contained” (Devetak, 1996, p. 198).

A existência do “Outro” (interno ou externo) permite a constituição do que Campbell classifica como um espaço moral demarcado por construções de

armamentista e de conflito presentes nos dois blocos que polarizavam as relações entre capitalistas e socialistas (Hansen, 2006, p. 39).

¹⁶ Tradução livre.

superioridade do “Eu” em face da inferioridade do “Outro” (Campbell, 1998a, p. 73). Esse espaço moral e as narrativas de insegurança causadas pela construção do “Outro” como bárbaro/inferior/perigoso são capazes de legitimar atos de violência tanto contra inimigos externos quanto internos, assim como a imposição de modelos “adequados” de governo, cultura e disciplinarização (Campbell, 1998a).

Desse modo, a identidade do *self* é forjada para unificar e disciplinar um grupo, por meio de práticas excludentes e de demarcação de fronteiras (físicas, simbólicas ou ideológicas) em relação ao “Outro”, dando ao *self* um senso de unidade (Devetak, 1996, p. 196 e ss.). O genocídio consiste em um dos mecanismos de supressão da diferença inassimilável entre os grupos envolvidos, conforme veremos nos capítulos a seguir.

As categorizações identitárias, assim, atuam na formação de “cartografias morais”, que permitem apontar para o tratamento que será destinado ao “Outro” dependendo de como sua alteridade foi construída em relação ao “Eu” (Hansen, 2006; Campbell, 1998a)¹⁷. A formação desse espaço moral nos remete à contribuição de Michael J. Shapiro:

“If we assume that the modern self has a value and meaning based on the idea that it is a moral/grammatical entity, it still contains many of the traditional attributes ascribed to the selves: it speaks as well as is spoken of, and it is assumed that its natural existence constitutes a moral existence. Within this model we can expect that any Other that is accorded the same status as the self – it is seen as another equally worthy self which happens to reside in a different field of practices – will be accorded the same prohibitions and restrictions from harm or interference as well as the same entitlements. However, to the same extent that the Other is regarded as something not occupying the same moral space as the self, conduct toward the Other becomes more exploitative” (Shapiro, 1988, p. 102)

Justamente em função disso, é importante o reconhecimento de como as identidades são, ao mesmo tempo, elemento constituinte e produto da política (Hansen, 2006, p. 23). Há, assim, uma relação constitutiva entre esses dois elementos, o que permite a percepção de como se dá a produção de hierarquias e de relações de poder a partir dessas construções, capazes de inserir o *self* dentro de uma ótica interpretativa que guiará o seu comportamento e a sua representação do “Outro” por meio de práticas políticas específicas (Hansen, 2006, p. 3).

¹⁷ As fronteiras identitárias que diferenciam o “Eu” e o “Outro”, vale destacar, não são claramente demarcadas, mas “blurred, multiple and often violent”, marcadas pelo “fluxo e pela ambigüidade”¹⁷ (Campbell, 1998a, p. 71).

A identidade é, portanto, baseada em práticas de exclusão, demarcação de fronteiras e, em alguns casos, discursos de perigo em que a inferioridade do “Outro” é comumente representado como uma doença, sujeira, poluição ou ameaça (Campbell, 1998a, p. 81). Essa dinâmica de medo e perigo acarretada pela alteridade ameaçadora, vale dizer, é muito comum em casos de genocídio. Durante o Holocausto, os judeus eram retratados na Alemanha Nazista como um câncer que se proliferava e prejudicava o tecido social do Estado Alemão.

Uma vez retratados dessa forma, torna-se possível a legitimação de políticas de exclusão e de aniquilação dessa “ameaça” para defender a “sobrevivência” da sociedade, já que as vítimas não ocupavam o mesmo “espaço moral” que os perpetradores. Essa dinâmica associada ao processo de formação de alteridade admite que a violência seja uma opção viável (mas não inevitável) para lidar com esse “outro” (Campbell, 1998a, p. 70). Assim sendo, o desejo de purificar a identidade e o território é originado por esse tipo de representação da alteridade em termos inassimiláveis. Veremos, por exemplo, como se deu essa construção de alteridade em relação aos grupos tidos como “não-árabes” em Darfur, caracterizados como escravos, preguiçosos, promíscuos, ou seja, em relação de oposição à identidade nacional ideal construída discursivamente pelo Estado sudanês.

Em suma, o arcabouço pós-estruturalista anteriormente minuciado nos possibilitará realizar uma análise da fluidez das identidades dos grupos definidos como “árabes” *versus* “não-árabes” em Darfur. Será observado como uma alteridade menos que radical se transformou, a partir de mobilizações políticas, em alteridades inassimiláveis, o que abriu a possibilidade da perpetração do genocídio em questão.

Conforme será detalhado no capítulo 4, essa transformação identitária foi sendo gradativamente cristalizada a partir da formação do Estado do Sudão e se consolidou principalmente a partir da islamização do Estado que fomentou os pressupostos de superioridade da identidade árabe-islâmica em detrimento dos grupos “não-árabes”. Essa postura de hierarquização se implementou inicialmente a partir de um contexto de violência estrutural que privilegiava os grupos árabes do norte do Sudão. Esse contexto de marginalização dos “não-árabes” possibilitou o desencadeamento da violência, o que reforçou as fronteiras identitárias entre os

dois grupos e permitiu a implementação de políticas genocidas como meio de o Estado sudanês lidar e suprimir a diferença.

A partir do exposto acima, é possível perceber que utilizamos aqui uma concepção mais ampla de violência que não se restringe apenas à violência física e direta. Há o reconhecimento, portanto, dos efeitos da chamada violência estrutural na geração de insegurança para determinados grupos. Destarte, a violência independe de uma relação direta entre um sujeito ativo e um sujeito passivo com uma conseqüência observável, mas pode se manifestar também de maneira indireta. Essa manifestação indireta é o que Galtung classifica como “violência estrutural” que, por não incorporar os elementos da violência física e direta, muitas vezes ganha a aparência de algo naturalizado e, portanto, imutável.

A incorporação da idéia de violência estrutural combate justamente essas injustiças naturalizadas que são, na verdade, fruto de uma estrutura econômica e social desigual. Destacaremos de maneira mais aprofundada no capítulo 4 como a violência estrutural contra os “não-árabes”, vistos como cidadãos de segunda categoria, diferentes do “Eu” superior e portador de direitos, se articula com o processo de formação de alteridades inassimiláveis no contexto do genocídio de Darfur.

Dentro desse contexto, o presente trabalho se propõe a investigar como as identidades de gênero se articulam com a identidade do “Outro”/ vítima para constituir diferentes padrões *sistemáticos* de aniquilação perpetrados em larga escala em Darfur. As seções seguintes se propõem a destacar como esse aspecto está inserido na pesquisa ora apresentada.

Para analisarmos a utilização da violência contra o gênero no contexto dos genocídios, necessário se faz destacar de maneira mais detalhada como as identidades de gênero se enquadram nos debates da disciplina de R.I. As próximas seções deste capítulo serão destinadas a explorar essa temática, bem como sua inserção teórica.

2.3 Gênero e RI: situando a abordagem da pesquisa

A importância do gênero na constituição do internacional foi inicialmente introduzida na disciplina pela corrente feminista, que passou a obter mais destaque com o avanço do debate pós-positivista. No entanto, apesar de estarmos falando em feminismo, é preciso ter em mente que o movimento feminista engloba diferentes correntes, que divergem em alguns aspectos, apesar de compartilharem outros tantos pontos. As classificações entre os diferentes tipos de feminismo variam entre os manuais de gênero e textos introdutórios sobre o assunto. A maioria dos manuais realiza a distinção entre feministas liberais¹⁸, *standpoint*¹⁹ e pós-modernas²⁰ (classificação que adotamos por ser a mais abrangente) (True, 1996)²¹.

¹⁸ As feministas liberais buscam escrutinar o papel e a posição que as mulheres ocupam nas relações internacionais, alegando que as mulheres são marginalizadas na vida política e na construção do conhecimento, apesar de serem iguais e possuírem as mesmas capacidades do que os homens. Em função disso, elas argumentam que as mulheres devem ter os mesmos direitos e o mesmo acesso às instituições políticas que são garantidos aos homens (True, 1996).

¹⁹ Por sua vez, as feministas classificadas como *standpoint* reconhecem uma diferença inerente entre homens e mulheres, ou seja, ambas as categorias possuem características distintas que influenciam seu comportamento e são capazes de influenciar de maneira distinta a condução da política e a construção do conhecimento. De acordo com essa vertente, os diferentes processos de socialização que homens e mulheres vivenciam, além de experiências específicas como a maternidade, por exemplo, fazem com que pessoas de diferentes sexos sejam e ajam de maneiras distintas (Steans, 2006, p. 13). A maternidade, de acordo com essa corrente, tornaria as mulheres mais pacíficas ao ajudar a mulher a desenvolver traços de cuidado com o outro, enquanto os homens seriam mais propensos a atividades violentas, tendo em vista sua experiência em exércitos, por exemplo (Hooper, 2001, p. 49). Em função dessa diferença, a política e a construção do conhecimento devem se basear nas perspectivas das mulheres, já que suas experiências materiais de subordinação influenciam para que elas tenham uma posição e um ponto de vista diferenciados acerca dos problemas experimentados por esse grupo (Steans, 2006, pp. 13-14).

²⁰ A vertente feminista pós-moderna/pós-estruturalista defende que a diferenciação do masculino *versus* feminino é discursivamente produzida e não naturalmente dada e as identidades de gênero são sustentadas por relações de poder, que criam distinções binárias com significados carregados de construções de hierarquia. Como se baseia na centralidade do discurso para a construção das identidades, o pós-estruturalismo não defende a existência de uma ontologia estável do gênero e do sexo ao assumir como político os termos em que as identidades são articuladas (Shepherd, 2008, p. 3). Dessa forma, os autores identificados com essa abordagem destacam como a distinção biológica reifica estruturas dicotomizadas (Kinsella, 2003). Essa visão discursiva está baseada nas contribuições pós-estruturalistas de Judith Butler que adota uma visão não-essencialista de corpo e de sexo. Segundo a autora, o corpo “não possui um significado intrínseco fora da interpretação cultural de suas partes” (Hooper, 2001, p. 30). Ou seja, a materialidade do sexo é demarcada pelo discurso, que sustenta ordens simbólicas por meio de performances (Butler, 1993, p. 16). O corpo é lido por meio dessas categorias de sexo e a materialidade dá contorno ao corpo por meio de processos de identificação com categorias tais como sexo e “raça”, por exemplo (Idem, p. 17-18). Isso significa dizer que o sexo depende de uma interpretação cultural que é feita de sua materialidade, e, assim como ocorre com qualquer categoria, o sexo também está imbuído em relações de poder que são naturalizadas por meio de performances (Idem, p. 2).

Apesar de variadas, é possível encontrar nas vertentes feministas múltiplos pontos de convergência. Um dos aspectos em comum é a inserção na disciplina do que Steans (2006) classifica como “lentes de gênero”. Nas palavras da autora: “ (...)To look at the world through gender/feminist lenses is to focus on gender as a particular kind of power relation, and/or trace out the ways in which gender is central to international processes and practices in international relations” (Steans, 2006, pp. 29-30).

Ao defenderem a conexão entre o pessoal e o internacional, essas abordagens defendem ainda que as relações sociais e as identidades de gênero, que foram silenciadas pela demarcação do objeto de estudo e dos pressupostos disciplinares, devem estar presentes nas análises de R.I. (Enloe, 2000 [1990], p. 195). Ao ignorar o poder por trás dessas construções, segundo essas correntes, há a naturalização e a despolitização acerca dos diferentes papéis e expectativas atribuídos a homens e mulheres e a reprodução de práticas disciplinares que acarretam conseqüências políticas para esses grupos.

Desse modo, a literatura feminista, em geral, defende a inserção do gênero nas análises das Relações Internacionais com vistas a reduzir as desigualdades construídas a partir de hierarquias que silenciam as mulheres e a experiência feminina na esfera pública e na academia (Tickner, 1996, pp. 149 e ss.; Hutchings, 2008, p. 100).

Nesse sentido, necessário se faz reconhecer como as mulheres foram excluídas da vida pública desde a construção do Estado moderno, o que

Os pós-estruturalistas combatem ainda a idéia de que há uma categoria coesa e não-problemática de “mulher”, uma vez que essa visão tenderia a universalizar questões históricas e locais. Ainda assim, simpatizam com o compromisso feminista de olhar para a marginalização das mulheres, em função das exclusões e invisibilidades que elas tendem a sofrer em distintas situações (Steans, 2006, p. 17). Ao questionar a existência de categorias unificadas de homem, mulher, masculinidade e feminilidade e ao defender que as relações de gênero são situadas no tempo e no espaço, o pós-estruturalismo quer apontar como essas construções possuem conseqüências políticas distintas para homens e mulheres, entre si e entre diferentes grupos de homens e mulheres. Além do contexto cultural em termos geográficos, é importante notar que a cultura da guerra e da violência também afeta as conseqüências políticas e inseguranças experimentados por esses grupos.

²¹ Enquanto algumas feministas apenas realizam a distinção entre feministas liberais, *standpoint* e pós-modernas, outras detalham de maneira mais minuciosa tais vertentes. Whitworth (2008) e Steans (2006) destacam, por exemplo, o feminismo baseado na teoria crítica e o feminismo pós-colonial. Assim sendo, a categorização realizada acima não é – e nem pretende ser – exaustiva. Como a própria literatura feminista assume, esses rótulos podem ser incompletos e, ao mesmo tempo, é possível observar pontos de encontro entre eles. A nossa intenção, ao realizar essa diferenciação, é tão somente apontar para a diversidade de leituras e tipos de análises que podem ser encontrados sob o rótulo ‘feminismo’ nas Relações Internacionais.

naturalizou a idéia de que o espaço da mulher restringe-se ao privado/doméstico²² (Enloe, 2000; Tickner, 1996). Conforme afirma Tickner, o Estado e, conseqüentemente, a política internacional são baseados na valorização de traços ligados à masculinidade, o que acarreta uma desvalorização de características conectadas à feminilidade. Essa desvalorização permite a perpetuação da ausência ou da menor participação das mulheres na esfera política (Tickner, 1996, p. 154). Desse modo, o homem se beneficiaria de hierarquias institucionais que os colocam como o herói, o racional e o protetor, enquanto o papel da mulher liga-se a uma alusão ao emocional e à fragilidade.

Tendo em vista a subordinação e a marginalização das mulheres em diversas sociedades, as diferentes correntes feministas têm como foco a posição da mulher e as conseqüências políticas que essa exclusão tem para suas vidas. A partir disso, o feminismo tradicionalmente se une pela existência de um compromisso normativo e de uma agenda emancipatória. Trabalhando a partir da experiência feminina, o movimento busca pôr fim à subordinação das mulheres a partir da desnaturalização dessas construções.

Como exceção a esse compromisso, há a contribuição do feminismo pós-estruturalista que percebe a exclusão da mulher, mas adota uma postura cética em relação a um projeto de emancipação por acreditar não em um, mas em diversos tipos de opressão a diferentes grupos de mulheres (Steans, 2006, pp. 16e ss.). Em função desse fator, ao invés de se comprometer com a categoria “mulher”, essa abordagem prefere olhar para como os discursos sobre gênero contribuem para construção de feminilidades e masculinidades que se articulam, produzindo hierarquias que afetam a vida de homens e mulheres diferenciadamente (Steans, 2006, p. 30).

Esse trabalho compartilha contribuições comuns aos feminismos, mas se identifica, principalmente com os pontos trazidos pela corrente pós-estruturalista em função dos motivos já expostos anteriormente acerca de produção de identidades. No entanto, observamos que ainda que o feminismo pós-estruturalista reconheça que a teorização acerca das feminilidades não pode ser separada das

²² Dessa forma, afirma Peterson: “(f)eminists argue that domination – of woman/women, nature and all who are constructed as “other” – is not a consequence as ‘essential’, atemporal qualities, but must be understood in the context of socially constructed, historically contingent practices”. (Peterson, 1992a, p. 15)

masculinidades, na prática, essa vertente continua focando suas análises –mesmo que de maneira não intencional - em situações que dizem respeito principalmente à segurança e à construção das mulheres²³. A própria adoção da palavra “feminista”, ainda que acompanhada da expressão “pós-estruturalista”, denota a centralização dessa vertente em análises e contribuições que dizem respeito às conseqüências dos processos internacionais para as mulheres e para a subordinação das feminilidades.

Ainda que mais recentemente tenha sido observada a incorporação de questões relativas aos homens e à masculinidade em algumas análises²⁴, essas contribuições ainda são muito incipientes e, em geral, a literatura feminista continua enfatizando o sofrimento das mulheres em sua produção acadêmica.

A importância de se reconhecer os efeitos negativos da construção social de gênero para homens e meninos, em especial em situações de conflitos armados e genocídios, foi possível graças à contribuição de autores como Adam Jones e Charli Carpenter, que passaram a observar como a literatura de gênero nas R.I., em geral, tratava gênero como sinônimo de mulher, salvo raras exceções, que não recebiam muito destaque na literatura (Jones, 1996; Carpenter, 2002). Mesmo as contribuições que contestavam a categoria unificada de mulher e que entendiam que conhecimentos construídos a partir de qualquer ponto de vista seriam apenas uma substituição da dominação, como é o caso da vertente pós-moderna, acabavam caindo na mesma “armadilha”, deixando os homens de fora ou os incorporando meramente como agentes de opressão (Jones, 1996, p. 409; Hopper, 2001, p. 43).

Nas palavras de Charli Carpenter, “men as gendered subjects seldom appear in feminist work” (Carpenter, 2002, p. 157) e a utilização da violência contra o gênero, geralmente, era tratada como violência contra a mulher (Carpenter, 2002, p. 157). Esse viés, vale destacar, afeta não apenas a produção do conhecimento na disciplina, mas também possui efeitos práticos na agenda de organizações internacionais e na implementação de políticas de ajuda em crises humanitárias, por exemplo (Carpenter, 2006a; 2006b).

²³ Uma crítica semelhante às feministas pós-estruturalistas já havia sido feita por Hooper, 2001, pp. 42.

²⁴ Nesse sentido destacamos a edição especial do periódico “Men and Masculinities” publicada em Junho de 2008 (vol. 10, n.4), que se dedicou ao debate da inserção das questões de masculinidade nas Relações Internacionais.

Carpenter defende, nesse sentido, que as análises de gênero poderiam ser “não-feministas” (Carpenter, 2002), o que acarretou forte reação de autores feministas que alegaram que o feminismo não se reduz às questões das mulheres, mas a uma revisão mais ampla dos contornos políticos da disciplina (Zalewski, 2003). Carver e Zalewski, por exemplo, defenderam a existência de uma contradição em nomear uma teoria de gênero como “não-feminista”, uma vez que as concepções de gênero, feminilidade e masculinidade utilizadas por feministas e teorias de gênero “não-feministas” são semelhantes e não antagônicas. Assim, segundo eles, não se pode desprezar a contribuição feminista que teve importante papel em desvendar a utilização do gênero como uma relação de poder e estruturação social²⁵. Ou seja, de acordo com esses autores, as teorias de gênero lidam necessariamente com homens e mulheres, já que destacam o caráter relacional entre feminilidade e masculinidade (Carver, 2003, p. 290)²⁶.

De fato, as contribuições de autoras feministas que adotam uma abordagem pós-estruturalista como Peterson, por exemplo, afirmam que o feminismo não se reduz apenas a adicionar as mulheres, mas trata da feminilidade e, conseqüentemente da masculinidade, visto que essas são categorias relacionais e não há como teorizar sobre uma sem analisar a outra (Peterson, 1993a, p. 15; p. 21). Justamente em função disso, as contribuições feministas serão amplamente utilizadas em nosso trabalho, pois concordamos com a visão de Zalewski e Carver no sentido de que uma abordagem de gênero não deve silenciar as contribuições feministas de modo geral.

No entanto, tendemos a concordar também com Jones e Carpenter no sentido de que os trabalhos de R.I. que levam ou adotam o rótulo “feminista”, independentemente de sua vertente, tendem a apresentar uma agenda política que dá maior visibilidade à vitimização da mulher, o que possibilita, em muitos casos, a invisibilidade do homem como vítima.

Ainda quando tentam inserir o reconhecimento dessa questão, o que vale dizer, passou a ter mais proeminência após as críticas formuladas por Jones, essa

²⁵ Ademais, ao propor uma teoria de gênero “não-feminista”, haveria, segundo Carver e Zalewski, o risco de marginalizar ainda mais o feminismo na disciplina.

²⁶ Conforme afirma Terrell Carver: “Doing the ‘gendering’ well would mean a thorough acquaintance with feminist literatures on gender beyond what is summarized in feminist IR, and a similarly thorough appreciation of how feminist thinking has created contemporary gender studies by fostering diversity and critique” (Carver, 2003, p. 290).

inserção dificilmente passa de uma linha – ou nota de rodapé - em um artigo²⁷ ou um capítulo em um livro²⁸. Os manuais de gênero, por sua vez, ainda continuam tendo como foco as mulheres²⁹, conforme já havia sido observado por Jones em 1996, quando o autor publicou sua primeira crítica ao feminismo nas R.I.³⁰. A literatura feminista parece atuar no sentido de marginalizar esse tipo de conhecimento, reproduzindo exatamente o comportamento que acusavam as demais abordagens de R.I. de fazer³¹.

Todavia, essa parcialidade não pode ser corrigida simplesmente marginalizando a contribuição feminista ou ignorando suas contribuições³². Justamente em função disso esse trabalho agrega a vitimização de homens e mulheres em genocídios, reafirmando a importância das críticas de Jones e Carpenter, mas reconhecendo como essas questões estão relacionadas com as contribuições teóricas feministas, em especial aquelas trazidas pela vertente pós-estruturalista. É nossa intenção produzir um trabalho que se insira na literatura sobre gênero, mas que seja de fato inclusivo, sem a intenção de exercer uma disputa pela maior ou menor vitimização para qualquer dos lados. Homens e mulheres são afetados –ainda que por diferentes padrões de vitimização- durante os genocídios. Conforme observaremos no capítulo 3, a produção de conhecimento que penda para qualquer um dos lados ou que silencie esses efeitos tende a informar políticas de ajuda humanitária enviesadas, incapazes de reconhecer os grupos que estão em risco em diferentes situações.

Passaremos, a partir de agora a identificar como a teoria de gênero nos ajuda a iluminar importantes aspectos e conceitos que serão utilizados na análise da violência contra o gênero em contextos de genocídio.

²⁷ Nesse sentido ver Whitworth, 2008.

²⁸ Essa questão foi destacada e analisada anteriormente por Carpenter, 2002.

²⁹ Nesse sentido ver Steans, 2006.

³⁰ Nesse sentido ver Jones, 1996. Cabe destacar aqui que compartilhamos nessa contribuição específica apenas da crítica que o autor faz ao feminismo no sentido da invisibilidade do homem.

³¹ Christine Sylvester teceu exatamente essa crítica às teorias de R.I. em geral, alegando que apesar de alguns autores reconhecerem e utilizarem o feminismo em seu trabalho, outros sequer reconhecem a sua importância ou quando o fazem, apenas se restringem a um breve comentário ou nota de rodapé justamente porque “this group knows it would be terribly uncool to not-notice feminism in this day and age” (Sylvester, 2006 [1996]).

³² Acreditamos que o propósito de Jones e Carpenter não era – nem nunca foi – silenciar o feminismo, mas apenas denunciar uma utilização enviesada que estava sendo reproduzida, ainda que não fosse essa a intenção imediata dessa literatura. Vale destacar inclusive que Ambos os

2.3.1 Gênero e Identidade

Assim como as demais identidades, o gênero também se constrói relacionalmente e não está baseado em uma essência “real” ou física³³. O gênero, portanto, é produzido discursivamente e estabilizado no tempo por meio de um processo de repetição, que impõe a masculinidade como norma e como elemento de poder e subjugação, “legitimando certas disposições e orientações”³⁴ (Campbell, 1998, p. 9-10). Dessa forma, afirma-se o caráter performático do gênero, ou seja, tal construção necessita de práticas – muitas vezes violentas - de repetição para se (re)afirmar, o que não significa a negação da materialização do corpo, mas sim que essa materialidade adquire sentidos específicos dentro de uma rede de significações (Shepherd, 2008). De acordo com Steans (2006):

“Gender is material in the sense that even while one’s gender is not necessarily rooted in the materiality of one’s sexed body, it is nevertheless embedded in social institutions and practices that reproduce gender identities, gender roles and gender relations. In any given society, one’s gender will influence one’s entitlement to concrete resources and will be a crucial factor in deciding not only ‘who gets what’, but also ‘who can do what’ or what one is permitted to ‘be’ (...).” (Steans, 2006, p. 8).

Ao evidenciar o gênero, busca-se questionar e desnaturalizar a reprodução da diferença e apontar as conseqüências políticas e construções de poder nele baseadas, ao invés de tomá-las como inevitáveis. Apesar de o gênero não ser uma identidade fixa e imutável, tanto espacial quanto temporalmente, os teóricos de gênero defendem que as identidades de gênero são globalmente reconhecidas e possuem um “efeito organizador” nas sociedades (Shepherd, 2008, p. 50). Como afirma Cockburn (2001):

“What is noteworthy is that, while formulations of gender show rich diversity from culture to culture, a dominance of men and masculinity is pervasive (...). Gender power is seen to shape every site of human interaction, from the household to the international arena. It has an expression in physique – how men’s and women’s body are nourished, trained and deployed; how vulnerable they are to attack; what mobility they have. It has expression in economics – how money, property and other resources are distributed between sexes. It structures the social sphere – who

autores trataram de questões de gênero relativas à mulher em outras ocasiões. Nesse sentido ver Jones, 2004 e Carpenter, 2007.

³³ Nas palavras de Jill Steans: “Gender is seen as a process in which the ‘body’ becomes objectified in discourse that takes for granted the reality of sexual difference and equality” (Steans, 2006, p. 10).

³⁴ Tradução livre.

has initiative in the community and authority in the family, who is dependent. And of course gender shapes political power, furnishing the sex of political elites, representative assemblies, executives and command centres” (Cockburn, 2001, p. 15).

As identidades de gênero são relacionalmente definidas a partir de construções modernas binárias que opõem categorias de masculinidade *versus* feminilidade dentro de um sistema lingüístico de significados que conectam esses termos a determinadas características, tais como racional/irracional, forte/fraco, mente/corpo, dominante/submisso, público/privado, agressor/vítima (Hooper, 2001, p. 43; Fierke, 2007; Hansen, 2006; Kaufman-Osborn, 2005). Essas características, por estarem dispostas em pólos opostos, não apenas silenciam relações mais complexas, como também se organizam de maneira hierárquica de modo a favorecer um tipo de construção identitária em detrimento da outra (Hooper, 2001, p. 45).

Para Hooper, essas categorias dicotômicas, são constitutivas da realidade social e atuam na construção de diferenças de gênero e das desigualdades delas decorrentes (Hooper, 2001, p. 45). Assim sendo, concordamos com Charlotte Hooper no sentido de que a construção da identidade de gênero perpassa necessariamente pela interação complexa entre corpo, discursos de gênero, sexualidade e o poder institucionalizado³⁵ (Hooper, 2001, p. 21).

A essencialização desses termos contribui ainda para a naturalização dessas construções a partir do silenciamento da constante formação dessas categorias e da existência de não apenas uma, mas múltiplas formas de masculinidade e feminilidade³⁶ que interagem e se constituem em uma relação hierárquica.

Com base nessa questão, a teoria de gênero introduz o conceito de masculinidade hegemônica, vista como a construção de masculinidade ideal, que é valorizada em detrimento de outras masculinidades e feminilidades em determinado contexto (Higate e Henry, 2009 p. 141; Hooper, 2001, pp. 53-54). Essa construção tende a ser associada com a masculinidade heterossexual,

³⁵ Ao considerar a importância das instituições, Hooper reconhece como a família, a economia e o Estado socializam diferentemente meninos e meninas desde o seu nascimento, moldando papéis e expectativas de gênero. Nesse sentido ver, Hooper, 2001, pp. 24 e ss.

³⁶ De acordo com Hooper: “Elaborating on this view, it can be argued that gendered dichotomies are in part ideological tools that mystify, masking more complex social realities and reinforcing stereotypes (...)” (Hooper, 2001, pp. 45-46).

subordinando identidades associadas com outros tipos de masculinidades e feminilidades³⁷ (Higate e Henry, 2009, p. 141; Hooper, 2001, p. 54). Nas palavras de Jacqui True,

“Hegemonic masculinity is associated with autonomy, sovereignty, objectivity, universalism, (...), and hegemonic femininity with the absence or absolute lack of these qualities. In this construction, to be masculine is not to be feminine: men are therefore ‘emasculated’ when shown to embody effeminate/feminine characteristics that are associated with women (...). In more abstract terms, masculine identity is achieved by demonstrating its difference from and superiority to a feminine ‘other’” (True, 1996, p. 213).

As práticas de masculinidade hegemônica são culturalmente localizadas e dependem da relação constituída e negociada entre diferentes grupos da sociedade (Hooper, 2001, p. 62). Nas palavras de Hooper, “hegemonic masculinity is constantly being challenged and reconstituted in struggles of masculinization and feminization of peoples, groups, values, occupations, and practices” (Idem, p. 76).

No Ocidente, por exemplo, é possível observar a construção de uma masculinidade hegemônica que valoriza o homem branco em relação a negros construídos como menos civilizados (Hooper, pp. 59-61; Higate e Henry, 2009, p. 141). Ao longo desse trabalho será possível perceber como os contextos de genocídio são cenários carregados de construções de masculinidade hegemônica por parte do perpetrador e, mais especificamente, como a formação da masculinidade hegemônica árabe-islâmica no Sudão se afirma a partir da construção de outra masculinidade subordinada “não-árabe”.

Em suma, construções de masculinidade e feminilidade se constituem em uma relação na qual “masculinity cannot be generalized to men per se, but it can be equated with power-holding and the subordination of the feminine” (Fierke, 2007, p. 58)³⁸. De acordo com Hooper,

³⁷ Apesar de haver diversos tipos de feminilidades em que alguns tipos são construídos como hierarquicamente superiores a outros, de acordo com Hooper, “all femininities are subordinate to hegemonic masculinity” (Hopper, 2001, p. 54).

³⁸ Ainda segundo Fierke, “gender is also a site where identity is constructed in hierarchical difference. Gender discourses provides a system of meanings and a way of thinking that shapes how men and women experience, understand and represent themselves (...)” (Fierke, 2007, p. 78).

"men gain access to power and privilege not by virtue of their anatomy but through their cultural association with masculinity. It is the qualities of masculinity that are closely associated with power, rather than men per se (...)" (Hooper, 2001, p. 41).

Além da representação realizada por homens e mulheres deles mesmos, a construção de gênero também afeta a percepção acerca das identidades de homens e mulheres por outros grupos de homens e mulheres e o modo como se relacionam entre si. Destarte, é possível observar a existência de múltiplas masculinidades e feminilidades que se constituem com base no acesso diferenciado ao poder entre os diferentes grupos de homens e entre esses e diferentes grupos de mulheres, afetando-os diferentemente. (Hooper, 2001, p. 43).

Tendo em vista o exposto acima, a presente dissertação buscará contemplar ao longo dos próximos capítulos como os padrões de perpetração que se desencadeiam cenários de genocídio são influenciados pelas diferentes construções de masculinidade e feminilidade em jogo. Ou seja, como a masculinidade do grupo-perpetrador é diferenciada daquela do grupo-alvo, bem como as construções e conseqüências políticas dos diferentes tipos de feminilidade em vigor nesses contextos. Essas representações serão retomadas nos capítulos 3 e 4, a seguir.

2.3.2

Perspectivas de Segurança: Relacionando violência, gênero e conflito

Com o fim da Guerra Fria, os estudos de Segurança Internacional passaram a expandir seu foco para incorporar novas ameaças e novos atores, voltando-se principalmente para a questão dos conflitos internos que passaram a predominar no cenário internacional. Até então a divisão realizada pela disciplina entre o doméstico/privado e o internacional/público permitiu que questões relativas à violência contra o gênero, por exemplo, fossem tratadas como apolíticas e, conseqüentemente, fora do escopo da atuação pública. Em função disso, o estupro foi por muito tempo visto como uma questão privada ou como uma violência inevitável, ainda que em contextos de guerra.

A utilização da violência sexual com propósitos estratégicos no contexto do pós-Guerra Fria apontou, portanto, para a existência de inseguranças relativas à

construção social de gênero³⁹. Dessa forma, as abordagens de gênero reconhecem que termos tradicionalmente tidos como neutros tais como “Estado”, “guerra” e “paz” estão, na verdade, calcados em construções de gênero capazes de acarretar conseqüências políticas para a segurança de uns em detrimento de outros.

A inserção do gênero é fundamental, uma vez que própria constituição do Estado está permeada por tais construções dicotômicas de masculinidade e feminilidade. Essa questão se manifesta, por exemplo, no fato de o corpo do Estado ser construído em analogia ao feminino, ao que precisa de defesa do homem, assim sendo, “the representation of the social as a body involves gendered discourses of power (...). Indeed, the body of the body politic is taken to have a ‘female’ identity to which the head (the ‘male’ ruler) is married”. (Campbell, 1998, p. 79).

Destarte, a construção do Estado e da nação, conforme veremos nos capítulos a seguir, estão calcadas em representações que diferenciam o lugar do homem e da mulher na sociedade. De acordo com essa divisão, os homens são reproduzidos e socializados pelo Estado como combatentes/heróis/provedores e as mulheres são representadas como vulneráveis, dependentes, mães e reprodutoras do grupo.

Um dos pilares que sustenta a “divisão sexual” dos papéis nas sociedades se encontra na íntima relação existente entre Estado e exército, instituições vistas como dependentes para a promoção da segurança nacional (Enloe, 2000b). As construções de gênero, portanto, permeiam não apenas a construção do Estado, mas também a própria constituição do militarismo a ele associada. Vale destacar que o militarismo não apenas depende das construções de gênero, mas também ajuda a reproduzi-las no seio do Estado, tanto em tempos de guerra quanto de paz. Assim sendo, o militarismo e a militarização não estão apenas restritos a atividades militares, mas ambos se encontram em atividades e práticas calcadas em construções de masculinidade/feminilidade que são institucionalizadas e refletem processos políticos que ocorrem nos Estados.

As políticas de recrutamento de soldados, por exemplo, depende da mobilização de um tipo específico de masculinidade, segundo a qual o soldado não pode ser visto como emasculado/feminilizado, mas deve constantemente

³⁹ Essa preocupação se intensifica ainda mais após os genocídios perpetrados em Ruanda e na ex-Iugoslávia. No próximo capítulo nos dedicaremos de maneira mais detalhada a essa questão.

afirmar e provar sua virilidade, desempenhando seu dever perante o Estado e provando o seu orgulho de exercer tal dever como um homem “de verdade” (Enloe, 2000b, p. 240; 245).

Essa questão se evidencia, segundo Enloe, nos debates e polêmicas existentes acerca da inserção de mulheres e homossexuais nas instituições militares (Enloe, 2000b, p. 16). É notório, por exemplo, como as mulheres ainda desempenham papéis secundários nos exércitos (como enfermeiras, dentistas ou em funções administrativas), de modo que os homens seguem exercendo os cargos de mais alta patente e predominando - de maneira quase exclusiva - as funções relativas ao combate em si e aos trabalhos de inteligência (Ibid).

Essas “manobras” de gênero, segundo Enloe, são naturalizadas e reproduzidas também nas práticas cotidianas dos Estados e não apenas nas instituições militares. Justamente em função disso, essas práticas precisam ser reveladas de modo que se perceba as interseções existentes entre a ideologia ligada ao militarismo e às construções de gênero. Essa ideologia difundida na esfera estatal insere a mulher como “objeto” de proteção na esfera interna, dependendo da segurança provida pela soberania estatal, que deve ser defendida e resguardada por heróicos combatentes⁴⁰. Essa dicotomia acarreta a institucionalização da inferioridade feminina, o que reforça a agência masculina e exclui as mulheres das esferas de tomada de decisão (Tickner, 1996, p. 156). Desmascarar essas construções é, portanto, ponto central para reconhecermos que os processos de gênero não são neutros e precisam ser desconstruídos para que seus efeitos possam ser evidenciados.

A construção da guerra como uma ameaça em potencial, por sua vez, é capaz de sustentar discursos e mitos de proteção a favor de uma população tida como mais vulnerável (Tickner, 2001, p. 48). Essa população vulnerável tem sua imagem diretamente relacionada, por meio desses discursos, às mulheres e crianças de um determinado povo (Carpenter, 2006b). A existência dessa vulnerabilidade permite que se perpetue a importância dos exércitos, formados por

⁴⁰ Jean Elshtain (1995) caracteriza a divisão de papéis nos conflitos como “guerreiros justos” e “almas belas”. Essas imagens, segundo a autora, reproduzem a divisão da mulher como não combatentes/ mães da nação e dos homens como guerreiros. Nesse sentido ver, Elshtain, 1995.

⁴⁰ De acordo com Jacqui True, a construção dos soldados está intimamente ligada à supressão de emoções “associated with (feminized) caregiving and bodily pain, and their ‘protection’ of *womenandchildren*” (True, 1996, p. 214). Para uma visão ampla acerca da construção masculinizada dos soldados e do militarismo, ver Whitworth, 2004.

soldados – homens heróicos e protetores - dos quais dependem o restante da população (Tickner, 2001, p. 48)⁴¹. Essa imagem reifica expectativas e exclusões acerca de quem se enquadra e desempenha certos papéis. É importante revelar, dessa forma, como o militarismo carrega consigo um “pacote de pressuposições”⁴² (Enloe, 2000b, p. 32), dentre as quais se destaca a “Santa Trindade”, i.e. “hierarquia, rivalidade e privilégio das construções (heterossexuais) de masculinidade” (Enloe, 2000b, p. 289).

Assim sendo, a imagem do combatente está associada diretamente a uma figura masculina capaz de proteger o seu grupo a partir da exaltação de características tais como objetividade, racionalidade, poder e instrumentalidade. A associação do militarismo com características de virilidade, no entanto, é silenciada, o que naturaliza os processos de socialização responsáveis por ensinar homens e meninos a agirem de acordo com um tipo ideal de masculinidade (True, 1996, p. 221). Essa masculinidade é construída a partir da desvalorização de atributos relacionados com a feminilidade, visto que o conflito demanda que o guerreiro haja “como homem”⁴³. Nesse sentido, afirma Hooper:

“Soldiering is characterized as a manly activity requiring the “masculine” traits of physical strength, action, toughness, capacity of violence, and, for officers, resolve, technical knowledge, and logical or strategic thinking. It has historically been an important practice constitutive of masculinity” (Hooper, 2001, p. 47).

E prossegue:

“Military combat in the pursuit of war is a clear example of how international relations helps to shape men. War has been deemed central to the discipline itself and has historically played a large part in defining what it means to be a man in the modern era, symbolically, institutionally, and through the shaping of men’s bodies”. (Hooper, 2001, p. 81).

A construção cultural da guerra, organizada conforme esse modelo de masculinidade, contribuiu para que esse padrão não se tornasse exclusivo de

⁴¹ “Protector-protected roles are embedded in constructions of masculine autonomy (freedom, control, heroics) and feminine dependency (passivity, vulnerability, women as adored but also despised). Cast in this fashion, dependency is demeaning, a status indicative of subordination (...)”. (Peterson, 1993b, p.54)

⁴² Tradução livre

⁴³ De acordo com Jacqui True, a construção dos soldados está intimamente ligada à supressão de emoções “associated with (feminized) caregiving and bodily pain, and their ‘protection’ of *womenandchildren*” (True, 1996, p. 214). Para uma visão ampla acerca da construção masculinizada dos soldados e do militarismo, ver Whitworth, 2004.

exércitos oficiais, se estendendo, portanto, a organizações combatentes de caráter paramilitar que participam de conflitos armados e à prática da guerra dentro dos Estados.

Nesse sentido, longe de naturais, a ideologia do militarismo necessita de “manobras” políticas de gênero, que dependem da construção de feminilidades subordinadas que desempenham papéis de apoio (enfermeira, mães de soldados, esposas, prostitutas), e de masculinidades subordinadas sobre as quais a masculinidade hegemônica se afirma e é valorizada. Nas palavras de Enloe:

“Most armies and navies are built on patriarchal bonding between men as men. On the other hand, most men also are stratified by rank in a way that commonly accentuates those inequalities of class and ethnicity already existing in civilian society at large. Relation between men are never simple. At the heart of relations between militarized men is the persistent tension between hierarchy and male bonding (...)” (Enloe, 2000b, p. 57)

Logo, a militarização e o privilégio da masculinidade não são mera crenças culturais ou práticas apolíticas, mas produtos de decisões deliberadas que sustentam os ideais de militarismo e patriarquia presentes no Estado moderno (Enloe, 2000b, p. 33).

Além de chamar a atenção para essas questões, a teoria de gênero quer apontar as consequências políticas dessas construções. A presente pesquisa apontará como essas representações naturalizadas de homens e mulheres influenciam diretamente a maneira como esses grupos têm a sua segurança afetada durante os processos de genocídio. Do ponto de vista do oponente, as mulheres do grupo rival são atacadas em virtude de sua imagem como procriadoras daquele grupo e como uma mensagem aos homens do grupo atacado de sua fraqueza e subordinação. Em algumas sociedades, as mulheres e crianças são ainda capturadas como escravos, tendo em vista a sua imagem de propriedade.

Homens e meninos, enquanto isso, são atacados por representarem resistência física ao grupo opositor. Visto isso, necessário se faz desmascarar como o gênero constitui as identidades políticas de modo a politizar a violência contra o gênero. Esse movimento de desnaturalização é essencial para que esse tipo de crime não seja considerado um resultado inevitável do combate, mas sim como consequência de construções específicas acerca de zonas militarizadas de conflitos. Como consequência, “(m)en and women often die different deaths and

are tortured and abused in different ways, both because of physical difference between sexes and because of the different meanings ascribed to the male and female bodies” (Cockburn, 2001, p. 22). O nosso objetivo será reconhecer como, durante os genocídios, ocorre a perpetração de diferentes tipos de violência contra o gênero contra homens e mulheres.

As violências associadas ao gênero, vale dizer, podem ser definidas como qualquer tipo de “violência cujos alvos são homens ou mulheres em função do seu sexo ou papéis de gênero socialmente construídos” (Women’s Caucus *Apud* Carpenter, 2006a, p. 83). Constituem violências contra o gênero, por exemplo, massacres seletivos (“*sex-selective massacres*”), a violência sexual e o recrutamento forçado (Ibid, p. 87).

A violência sexual, por sua vez, é definida como:

“any violence, physical or psychological carried out by sexual means or by targeting sexuality, thus including both physical and psychological attacks directed at a person’s sexual characteristics, such as forcing the person to strip naked in public, mutilating a person’s genitals, or slicing off a woman’s breast as well as situations in which two victims are forced to perform sexual acts on one another or to harm one another in a sexual manner” (Sivakumaran, 2007, p. 262).

São, portanto, violências sexuais atos como o estupro, a escravidão sexual, a prostituição forçada, a esterilização, a gravidez forçada, a masturbação forçada, a nudez forçada, a violência genital, etc. (Ibid, p. 262). Consideramos ainda a violência psicológica causadas por atos de violência sexual indireta, cometidos contra terceiros, mas que envolvam a participação da vítima como observadora ou como atuante, desde que essa atuação tenha sido coercitivamente imposta pelos perpetradores.

Os massacres seletivos em relação ao sexo são execuções em massa que selecionam grupos de homens ou mulheres de uma determinada coletividade em função de construções de gênero essencializadas atribuídas a um determinado sexo. Nos conflitos contemporâneos e nos genocídios, é possível perceber uma preferência em separar os homens das mulheres, destinando os primeiros à execução, conforme destacaremos posteriormente.

O recrutamento forçado, por sua vez, é a seleção de um determinado grupo de pessoas, de maneira forçosa e violenta, para que elas sejam incorporadas a determinado exército ou grupo paramilitar. Esse ato pode ser considerado um tipo

de violência contra o gênero visto que afeta homens e mulheres de maneiras distintas devido a funções identificadas com seus papéis de gênero (Carpenter, 2006a). Nesse sentido, homens e meninos são recrutados devido às construções que atribuem características de masculinidade e virilidade aos combatentes (Carpenter, 2006a). Já mulheres e meninas costumam ser recrutadas forçadamente para papéis de apoio a grupos paramilitares, atuando como cozinheiras e em outros serviços domésticos ou ainda para propósitos sexuais, como ocorre nos casos dos casamentos forçados⁴⁴.

Conforme afirmado anteriormente, a violência atua constitutivamente na subjetividade dos indivíduos, ou seja, “violence marks and makes bodies” (Shepherd, 2008, p. 3). A violência contra o gênero pode ser entendida, portanto, como a manifestação violenta de relações de poder nas quais o gênero atua como produto e como produtor de performances de violência e segurança (Shepherd, 2008, p. 50). Essa visão fez com que Laura Shepherd classificasse a violência contra o gênero como a “reprodução violenta do gênero”, pois ao mesmo tempo em que as relações de gênero atuam como produtoras dessa violência, ela resultará na manutenção da ordem binária de gênero como natural ou necessária.

A reprodução violenta do gênero, segundo Shepherd, está baseada em narrativas específicas que produzem entendimentos acerca da noção de violência, gênero e poder, permitindo assim a perpetuação de ordens de gênero, que são temporariamente fixadas no tempo por meio de práticas discursivas e performances (Shepherd, 2008, p. 51). Como consequência, durante a violência contra o gênero, as identidades de gênero são reproduzidas.

O estupro é um mecanismo da reprodução violenta do gênero, por exemplo, quando discursivamente reproduzido como uma realidade fixa na vida das mulheres dentro de uma rede de significados que permitem a sua perpetração e, muitas vezes, a partir de um contexto institucional que ameniza sua repercussão posterior (Shepherd, 2008, p. 52). Essa definição também exclui o homem como vítima ao representar para a sociedade o estupro como um crime perpetrado pelo homem contra a mulher devido à sua caracterização como mais violento, agressivo e sexualizado (Idem, pp.52-53). Essa visão atua permitindo um menor

⁴⁴ Não estamos afirmando que não haja recrutamento forçado de mulheres e meninas para que elas atuem como combatentes, mas sim que o padrão de atuação supracitado é o que ocorre de maneira *sistemática* nos conflitos.

número de homens como vítimas desse crime e dissuadindo ainda aqueles que são vítimas de relatarem o crime sofrido (Idem, p. 53; Sivakumaran, 2007). Da mesma forma, a utilização dos massacres seletivos contra homens e meninos e o recrutamento forçado reproduzem de maneira violenta a ordem binária de gênero.

A análise a seguir dos genocídios apontará como esses papéis e expectativas de gênero estão presentes durante a perpetração desses crimes, i.e., como a construção social de gênero atua constitutivamente nos padrões de atuação do perpetrador durante os genocídios, informando suas percepções e condutas a partir de construções hierárquicas de masculinidade e feminilidade. Nesse sentido, os homens e meninos, por serem identificados como a força de resistência do grupo inimigo, são submetidos a padrões de violência diferenciados daqueles destinados em grande medida às mulheres e meninas, conforme veremos posteriormente.

2.4 Conclusão

A constante utilização da violência contra o gênero durante os genocídios demanda um entendimento acerca da construção e da perpetuação das identidades de gênero. O presente capítulo demonstrou como as identidades são construídas e qual será a abordagem teórica utilizada para a condução das análises nos capítulos posteriores. No próximo capítulo, apontaremos de maneira mais específica como a ocorrência dos eventos na ex-Iugoslávia e em Ruanda contribuíram para uma modificação do conhecimento sobre o genocídio. Esses dois eventos foram capazes ainda de agregar novos aspectos às perspectivas de gênero que serão fundamentais para a análise do genocídio em Darfur.